

# **EDP Transmissão Aliança SC S.A.**

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,  
CEP 04719-911, São Paulo - SP  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil  
Telefone 55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da  
**EDP Transmissão Aliança S.A.**  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Transmissão Aliança S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da EDP Transmissão Aliança S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.



### **Mensuração do ativos da concessão e de receita de remuneração dos ativos da concessão (Consulte a nota explicativa 12 às demonstrações financeiras)**

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2022, ativos da concessão enquadrados no âmbito do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15 – Revenue from contract with customer ) relacionados aos investimentos realizados na infraestrutura das linhas de transmissão acrescidos da margem de construção e da remuneração financeira no montante total de R\$2.399.755 mil, os quais requerem elevado grau de julgamento para avaliação do reconhecimento e mensuração desses montantes. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo, requerem a utilização de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços e insumos necessários para o cumprimento dessas obrigações, tais como materiais, mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada separadamente e as projeções das receitas fixas e variáveis esperadas para essas obrigações de desempenho.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes da Companhia como um assunto significativo para a nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação e teste de efetividade dos controles internos chave relacionados ao processo de construção do ativo de contrato, inspeção do contrato de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados a determinação da contraprestação variável aplicável ao preço do contrato. Ainda, realizamos inspeção documental dos gastos incorridos durante o exercício e analisamos a sua aderência ao contrato de concessão. Revisamos a metodologia de cálculo utilizada para a mensuração do ativo de contrato e a consistência das premissas utilizadas no exercício corrente em relação as anteriormente definidas. Também realizamos o entendimento com o envolvimento dos nossos especialistas sobre a razoabilidade da margem de construção adotada pela Companhia. Avaliamos também as divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os saldos dos ativos da concessão e da receita de remuneração dos ativos da concessão, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

### **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis da administração, determinamos aquele que foi considerado como mais o significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Daniel A. da S. Fukumori  
Contador CRC 1SP245014/O-2

**EDP TRANSMISSÃO ALIANÇA SC S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**  
(Em milhares de reais)



<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	66.482	37.953
Disponibilidade da rede elétrica	7	26.831	6.305
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	8	1.493	2.198
Outros tributos compensáveis	8	1.945	1.465
Cauções e depósitos vinculados	11	6.107	5.796
Ativos da concessão	12	205.706	25.570
Outros créditos	13	1.740	533
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>310.304</b>	<b>79.820</b>
<b>Não circulante</b>			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	8		12.166
Cauções e depósitos vinculados	11	19.293	17.990
Ativos da concessão	12	2.194.049	2.206.194
Outros créditos	13	2.132	92
		<b>2.215.474</b>	<b>2.236.442</b>
Imobilizado		635	425
Intangível		1.265	
		<b>1.900</b>	<b>425</b>
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>2.217.374</b>	<b>2.236.867</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.527.678</b>	<b>2.316.687</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	14	2.238	28.198
Outros tributos a recolher	8	6.605	2.407
Dividendos	15	27.368	21.320
Debêntures	16	108.363	22.720
Provisões	17	12.875	13.018
Outras contas a pagar	13	4.656	2.493
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>162.105</b>	<b>90.156</b>
<b>Não circulante</b>			
PIS e COFINS diferidos	9	225.132	208.020
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	127.931	98.097
Debêntures	16	1.404.378	1.400.093
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.1		150.000
Provisões	17	27.606	26.013
Outras contas a pagar	13	3.730	1.136
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>1.788.777</b>	<b>1.883.359</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	18.1	340.501	164.501
Reservas de lucros	18.3	236.295	178.671
<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>576.796</b>	<b>343.172</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.527.678</b>	<b>2.316.687</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EDP TRANSMISSÃO ALIANÇA SC S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Receitas</b>	19	344.131	610.051
<b>Custos</b>			
Custo de operação		(6.364)	(1.794)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	20	(26.807)	(396.380)
		(33.171)	(398.174)
<b>Lucro bruto</b>		310.960	211.877
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	21		
Despesas gerais e administrativas		(6.298)	(6.565)
Outras despesas e receitas operacionais		(99)	3
		(6.397)	(6.562)
<b>Resultado antes do Resultado financeiro e tributos</b>		304.563	205.315
<b>Resultado financeiro</b>	22		
Receitas financeiras		8.472	2.590
Despesas financeiras		(195.888)	(78.234)
		(187.416)	(75.644)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		117.147	129.671
<b>Tributos sobre o lucro</b>	23		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(29.834)	(39.902)
		(29.834)	(39.902)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>87.313</b>	<b>89.769</b>
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>	24		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		0,53077	0,70963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRANSMISSÃO ALIANÇA SC S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de reais)



	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	87.313	89.769
Resultado abrangente do exercício	<u>87.313</u>	<u>89.769</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EDP TRANSMISSÃO ALIANÇA SC S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 (Em milhares de reais)



	<b>Capital social</b>	<b>Reservas de lucros</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>126.501</b>	<b>112.083</b>	<b>-</b>	<b>238.584</b>
Aumento de capital - AGOE de 30/04/2021	38.000			38.000
Lucro líquido do exercício			89.769	89.769
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		4.488	(4.488)	-
Dividendos intermediários (JSCP)			(12.404)	(12.404)
Dividendos complementares			(10.777)	(10.777)
Lucro do exercício a deliberar		62.100	(62.100)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>164.501</b>	<b>178.671</b>	<b>-</b>	<b>343.172</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>164.501</b>	<b>178.671</b>	<b>-</b>	<b>343.172</b>
Aumento de capital - AGOE de 29/04/2022	176.000			176.000
Lucro líquido do exercício			87.313	87.313
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		4.365	(4.365)	-
Dividendos intermediários (JSCP)			(29.689)	(29.689)
Lucro do exercício a deliberar		53.259	(53.259)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>340.501</b>	<b>236.295</b>	<b>-</b>	<b>576.796</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EDP TRANSMISSÃO ALIANÇA SC S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		117.147	129.671
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>			
PIS e COFINS diferidos		1.782	
Remuneração dos Ativos da concessão		(223.306)	(180.259)
Margem na construção		(2.045)	(28.723)
Reajuste Anual		(50.571)	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre debêntures		188.803	75.615
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		5.087	4.535
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária		1.419	2.013
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(2.100)	(438)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(869)	(997)
Outros		236	(57)
		<u>35.583</u>	<u>1.360</u>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>			
Disponibilidade da rede elétrica		129.542	18.986
Outros tributos compensáveis		(2.265)	(1.467)
Estoques			42
Cauções e depósitos vinculados		296	(1.733)
Outros ativos operacionais		(3.247)	90
		<u>124.326</u>	<u>15.918</u>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>			
Fornecedores		(25.960)	(40.553)
Outros tributos a recolher		15.270	2.101
Encargos setoriais		855	145
Provisões		(6.221)	(4.155)
Outros passivos operacionais		3.618	1.279
		<u>(12.438)</u>	<u>(41.183)</u>
<b>Caixa proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais</b>		<u><b>147.471</b></u>	<u><b>(23.905)</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições aos Ativos da concessão		(25.675)	(233.864)
Adições ao Imobilizado e Intangível		(1.277)	
Alienação de bens e direitos			3
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<u><b>(26.952)</b></u>	<u><b>(233.861)</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Cauções e depósitos vinculados		190	385
Adiantamento para futuro aumento de capital			150.000
Aumento de capital social		26.000	38.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(19.188)	
Pagamentos de encargos de dívidas		(98.875)	(90.218)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(117)	(78)
<b>Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades de financiamento</b>	26.1	<u><b>(91.990)</b></u>	<u><b>98.089</b></u>
<b>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<u><b>28.529</b></u>	<u><b>(159.677)</b></u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		66.482	37.953
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		37.953	197.630
		<u><b>28.529</b></u>	<u><b>(159.677)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EDP TRANSMISSÃO ALIANÇA SC S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais)



	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Geração do valor adicionado</b>	<b>382.862</b>	<b>834.122</b>
Receita operacional	105.002	6.406
Receita com construção da infraestrutura	31.792	468.433
Remuneração dos Ativos da concessão	246.068	197.751
Outras Receitas		161.532
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(33.190)</b>	<b>(400.293)</b>
Custos da energia comprada		
Encargos de uso da rede elétrica		
Materiais	(182)	(255)
Serviços de terceiros	(4.360)	(3.146)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(26.807)	(396.380)
Outros custos operacionais	(1.841)	(512)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>349.672</b>	<b>433.829</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciações e amortizações	(119)	(130)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>349.553</b>	<b>433.699</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	8.881	5.643
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>358.434</b>	<b>439.342</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remuneração direta	4.173	2.702
Benefícios	988	646
FGTS	1.135	296
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	68.560	103.118
Estaduais	22	68
Municipais		10
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	195.888	242.575
Aluguéis	355	158
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	29.689	12.404
Dividendos		10.777
	<b>300.810</b>	<b>372.754</b>
Lucros retidos	57.624	66.588
	<b>358.434</b>	<b>439.342</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Contexto operacional

A EDP Transmissão Aliança SC S.A. (Companhia ou EDP Transmissão Aliança), sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo - SP, foi constituída em 12 de maio de 2017, conforme Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

Em 18 de fevereiro de 2022 o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS emitiu o termo de liberação das instalações da Companhia referente ao início de sua operação comercial em todos os trechos, válida desde 14 de junho de 2021 no primeiro trecho. A sua entrada em operação foi antecipada em 14 meses frente ao calendário da ANEEL (Nota 5.1).

## 2 Concessão

Em 24 de abril de 2017 o Consórcio Aliança (composto pela EDP - Energias do Brasil, na participação de 90%, e pela Celesc Geração S.A., na participação de 10%) arrematou o lote 21 do Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 484,5 km e uma subestação localizada no Estado de Santa Catarina.

O Consórcio Aliança definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 11 de agosto de 2017, sendo assinado junto à União o Contrato de Concessão nº 39/17 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
484,5 km	Serviço Público	Concessão	SC	3 LT 525kV; 2 LT 230kV; SE 525/230kV	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

### 2.1 Receita Anual Permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, de R\$171.824 anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC -, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.067 (Nota 5.3), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, atualizado monetariamente com base no IPCA, a RAP da Companhia passou a ser de R\$239.182.

### 2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

## 3 Licenças ambientais

O órgão responsável pelas licenças ambientais da Companhia é a FATMA – Fundação do Meio Ambiente, órgão ambiental do Governo do Estado de Santa Catarina.

Conforme cronograma do contrato de concessão, a Companhia apresenta os seguintes prazos para a obtenção das licenças ambientais requeridas para a construção e operação do empreendimento:

- Licença Prévia - LP: até 28 de fevereiro de 2019 - Obtida antecipadamente em 16 de outubro de 2018 - Nº 8965/2018.
- Licença de Instalação - LI: até 11 de fevereiro de 2020 - Obtida antecipadamente (i) em 21 de dezembro de 2018 para a Subestação Siderópolis 2 e (ii) em 23 de outubro de 2019 relativa às linhas de transmissão LT 525KV Siderópolis 2 – Abdon Batista; LT 525KV Abdon Batista – Campos Novos, LT 230KV Siderópolis 2 - Siderópolis e LT 230KV Siderópolis 2- Forquilha, em 10 de junho de 2020 a LI nº 6940/2019 foi substituída pela LI Nº 3365/2020.
- Licença de Operação - LO: até 11 de agosto de 2022 - A Licença de Operação Nº 7967/2021 foi obtida antecipadamente em 05 de janeiro de 2022 e contempla os seguintes empreendimentos: Subestação 525/230KV Siderópolis 2; Linha de Transmissão de 230KV SE Siderópolis 2 - Siderópolis; Linha de Transmissão de 525KV SE Siderópolis 2 - Abdon Batista.

Adicionalmente, para que seja possível a obtenção dessas licenças, são também necessárias outras licenças e autorizações específicas de órgãos intervenientes.

No exercício de 2022, os gastos ambientais totalizaram R\$1.852 (R\$4.933 em 2021) (Nota 17.2).

## 4 Base de preparação

### 4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

#### 4.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

#### 4.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 25.1.1.

#### 4.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável, que é revisada conforme critérios detalhados na nota 4.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 4.6); Determinação dos Ativos da concessão (Nota 12); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 17.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 17.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 25.1.2.1).

#### 4.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 4.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

##### Ativos de concessão

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

##### Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

#### 4.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

##### 4.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros; Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022

##### 4.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47.	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50.	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 – Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021)</i>	IAS 36/ IAS7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronuncia- mento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronuncia- mento	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

## 5 Eventos significativos no exercício

### 5.1 Entrada em Operação Comercial Total

Em 18 de fevereiro de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, naquela data, a ONS autorizou a operação comercial das instalações do trecho final da EDP Transmissão Aliança, com 6 meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL. O primeiro trecho da linha de transmissão e a subestação Siderópolis 2 da EDP Transmissão Aliança entraram em operação comercial no dia 14 de junho de 2021, com 14 meses de antecipação em relação ao calendário da ANEEL. Com a conclusão da entrada em operação, a controlada passa a receber RAP de R\$208 milhões, resultando em receita antecipada total de R\$143,1 milhões.

### 5.2 Parcela de Ajuste

Em 12 de julho de 2022, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.067, estabelecendo critérios para as controladas que passaram por revisão e ajustes e foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, para ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, sendo parte da RAP em investimento.

	RAP 2022 REH nº 3.067	RAP 2021 REH nº 2.895
EDP Transmissão Aliança	239.182	214.070
	<u>239.182</u>	<u>214.070</u>

### 5.3 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
Resolução Normativa nº 1.052 de 09 de dezembro de 2022	A REN nº 1.052/22 aprovando a revisão do Módulo 1 e do Módulo 3 das Regras dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica.	A Companhia precisará se adequar às novas regras estabelecidas pela REN que entra em vigor em julho de 2023.

## 6 Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento		540	3.411
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	6.1	59.897	34.542
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	6.2	6.045	
Total		<u>66.482</u>	<u>37.953</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia à riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.2.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

### 6.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

Em 31 de dezembro de 2022 os investimentos financeiros da Companhia estão remunerados a taxas que variam entre 100,00% e 102,20% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

### 6.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas a taxa de 93% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 7 Disponibilidade da rede elétrica

O saldo de Disponibilidade da rede elétrica de R\$ 26.831 (R\$6.305 em dezembro de 2021), em sua totalidade, refere-se ao faturamento de RAP. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção.

Os saldos são totalmente vincendos e reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

## 8 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2022
<b>Ativos compensáveis</b>								
Imposto de renda e contribuição social a compensar		14.364		869		(15.144)	1.404	1.493
		14.364	-	869	-	(15.144)	1.404	1.493
Circulante		2.198						1.493
Não Circulante		12.166						-
<b>Outros tributos compensáveis</b>								
PIS e COFINS		103	570				(562)	111
IRRF sobre aplicações financeiras		1.217	1.248				(1.216)	1.249
IR/CS retidos sobre faturamento		131	573				(122)	582
Outros		14	26		(37)			3
Total Circulante		1.465	2.417	-	(37)	-	(1.900)	1.945
<b>Passivos a recolher</b>								
Outros tributos a recolher								
ICMS		-	59		(35)			24
PIS e COFINS		75	19.449		(4.441)	(12.612)	(496)	1.975
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		317	1.750		(1.998)			69
IRRF sobre juros s/ capital próprio	8.1	1.860	4.453			(1.860)		4.453
Encargos com pessoal		155	3.057		(2.571)	(557)		84
Total Circulante		2.407	28.768	-	(9.045)	(15.029)	(496)	6.605

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

A Companhia, conforme publicação do Diário Oficial de 3 de janeiro de 2018, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI devido aos projetos aprovados de infraestrutura de construção no setor de energia. O REIDI, que foi instituído pela Lei nº 11.488/07, concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o PIS, o PIS/PASEP e o COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens da concessão.

### 8.1 IRRF sobre Juros Sobre Capital Próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, a alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$4.453 foi relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2022 a ser liquidado em janeiro de 2023.

## 9 Tributos diferidos

	Nota	Passivo	
		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS	9.1	225.132	208.020
Imposto de renda e contribuição social	9.2	127.931	98.097
		353.063	306.117

### 9.1 PIS e COFINS

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção sob a alíquota de 9,25%.

### 9.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

#### 9.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
<b>Prejuízos Fiscais</b>	63.063	21.387			41.676	21.387
<b>Base Negativa da Contribuição Social</b>	22.703	7.699			15.004	7.699
	85.766	29.086	-	-	56.680	29.086
<b>Diferenças Temporárias</b>						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.347	2.103			244	1.138
Gastos Pré-operacionais	4.824	6.203			(1.379)	1.113
Atualização dos ativos da concessão			296.041	205.448	(90.593)	(91.733)
PIS e COFINS sobre ativos da concessão	76.255	70.454			5.801	20.673
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	282	516	261	485	(10)	31
Outras	42	100	1.145	626	(577)	(210)
<b>Total diferenças temporárias</b>	83.750	79.376	297.447	206.559	(86.514)	(68.988)
<b>Total bruto</b>	169.516	108.462	297.447	206.559	(29.834)	(39.902)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(169.516)	(108.462)	(169.516)	(108.462)		
<b>Total</b>	-	-	127.931	98.097		

### 9.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	2023	2024	2025	2026	2027	Total Não circulante
	19.106	22.494	22.637	23.887	81.392	169.516

## 10 Partes relacionadas

Relaciona- mento	Duração	Ativo			Passivo			Receitas (Despesas)		
		Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante	Operacionais		
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 10.1)</b>										
EDP - Energias do Brasil	Controladora	21/08/2017 a indeterminado						135.000		
Celesc Geração S.A.	Acionista não controlador	31/08/2017 a indeterminado						15.000		
			-	-	-	-	-	150.000	-	-
<b>Uso do sistema de transmissão (Nota 10.3)</b>										
EDP Espírito Santo	Controle Comum	30/07/2020 a 31/01/2033	311	89					2.529	424
EDP São Paulo	Controle Comum	30/07/2020 a 31/01/2033	494	96					3.320	467
Enerpeixe	Controle Comum	01/07/2021 a 30/11/2036	39	8					303	49
Lajeado	Controle Comum	04/01/2020 a 31/01/2033	53	10					412	65
Investco	Controle Comum	01/11/2001 a 31/01/2033							6	1
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum	30/07/2021 a 31/12/2048	12	3					125	20
São Manoel	Controle Comum	01/07/2021 a 30/04/2049	83	16					647	103
Porto do Pecém	Controle Comum	01/01/2013 a 31/07/2043	41	15					442	100
CEJA	Controle Comum	01/07/2021 a 31/12/2044	19	4					198	31
			1.052	241	-	-	-	-	7.982	1.260
<b>Fornecedores</b>										
<b>Contrato de prestação de serviços</b>										
EDP Goiás	Controle comum	01/06/2022 a 30/06/2023					372		(372)	
			-	-	-	-	372	-	(372)	-
<b>Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 13)</b>										
<b>Reembolso de despesas</b>										
EDP Transmissão SP-MG	Controle Comum	23/08/2017 a indeterminado								(75)
<b>Compartilhamento dos serviços de infraestrutura</b>										
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2017 a 31/12/2026					14	5	(188)	(100)
EDP São Paulo	Controle Comum	01/01/2017 a 31/12/2026					10	29	(19)	
<b>Compartilhamento de Backoffice (b)</b>										
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2023					213	67	(1.219)	(946)
<b>Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (c)</b>										
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2022			16		192	79	(2.553)	(1.699)
<b>Contrato de prestação de serviços (d)</b>										
EDP Trading	Controle Comum	17/11/2020 a 17/11/2023					53		(265)	(272)
			-	-	16	-	53	429	180	(4.244)
			1.052	241	16	372	53	429	150.180	3.366

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

**(a) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 2021, foram assinados contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da controladora final EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a controladora e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest(\*\*\*), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP - Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG.

Os demais contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo, celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre aquela companhia e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia, já o segundo contrato com as partes EDP Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, Energest(\*\*\*), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG.

Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das companhias Horizon Transmissão ES (\*), Horizon Transmissão MA I (\*) e Horizon Transmissão MA II (\*) em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde as mesmas estarão excluídas do compartilhamento.

A partir de 07 de fevereiro de 2022, foram firmados os aditivos com a inclusão da EDP Goiás(\*\*) como parte dos contratos. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2026.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

**(b) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest(\*\*\*), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (\*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (\*), Horizon Transmissão MA II (\*) e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da Horizon Transmissão ES(\*), Horizon Transmissão MA I(\*) e Horizon Transmissão MA II(\*) em dezembro de 2021, a partir de 2022 elas estão excluídas do compartilhamento, fato que foi firmado em aditivo contratual.

Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, com sua vigência até 31 de dezembro de 2023.

Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás(\*\*) como partes do contrato.

O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. O contrato de compartilhamento de atividades de *backOffice* tem vigência até 31 de dezembro de 2023.

**(c) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora final EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest(\*\*\*), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (\*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (\*), Horizon Transmissão MA II (\*), e EDP Transmissão SP-MG. O contrato foi anuído previamente pela ANEEL, mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2022.

Atualmente está em análise pela ANEEL o pleito para a celebração de contrato semelhante para os próximos 5 anos, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

**(d) Contrato de prestação de serviços:** O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação das linhas, subestações e equipamentos associados, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Trading. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. Em 3 de julho de 2020, por meio do Despacho nº 1.962, a ANEEL aprovou a celebração do contrato de Prestação de serviços de operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de vinte e quatro horas, durante os sete dias da semana, entre a EDP Transmissão Aliança e a EDP Trading, no valor global do contrato de R\$1.726, pelo prazo de 36 meses.

Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 16 de junho de 2024.

(\*) Em 28 de dezembro de 2021, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou as companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II e, consequentemente, a partir desta data as mesmas foram excluídas dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

(\*\*) Em 07 de fevereiro de 2022, a controladora EDP - Energias do Brasil adquiriu a companhia EDP Goiás.

(\*\*\*) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Energest e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

#### 10.1 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação do AFAC no exercício é a seguinte:

	EDP - Energias do Brasil	Celesc Geração	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	135.000	15.000	150.000
AFACs realizados no exercício	23.400	2.600	26.000
Integralização de capital social - AGOE 29/04/2022 (Nota 18.1)	(158.400)	(17.600)	(176.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Companhia assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

#### 10.2 Controladora direta e final

A controladora direta e final da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A.

#### 10.3 Uso do sistema de transmissão

Os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), são firmados no âmbito regulatório, por meio do ONS, e são celebrados entre um usuário (sejam distribuidoras ou geradoras), o ONS e as concessionárias de transmissão, no qual as transmissoras ficam representadas pelo ONS, estabelecendo os termos e condições para o uso do Sistema de Transmissão. O ONS fica responsável por (i) controlar e supervisionar a prestação dos serviços de transmissão pelas Concessionárias de Transmissão, (ii) coordenar e controlar a operação dos sistemas elétricos interligados, (iii) administrar a cobrança e a liquidação dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e (iv) executar o sistema de garantias.

#### 10.4 Remuneração dos administradores

	Diretoria Estatutária	
	2022	2021
Remuneração (a)	801	783
Benefícios de curto prazo (b)	49	37
Benefícios - Previdência privada		2
Total	850	822

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

#### 11 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	Saldo em 31/12/2022
Depósitos judiciais	17	17.988	113	1.405	(195)	(214)	19.097
Depósitos vinculados	11.1	5.798	5.857	695	(6.047)		6.303
Total		23.786	5.970	2.100	(6.242)	(214)	25.400
Circulante		5.796					6.107
Não circulante		17.990					19.293

#### 11.1 Depósitos vinculados

A movimentação de resgate é decorrente da garantia de implementação do projeto de Linha de Transmissão e Subestação da Companhia. Este caução foi liberado para livre aplicação após cumprimento das exigências contratuais da debênture.

## 12 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

### • Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

### • Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

### • Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuário da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Companhia se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de “ativo de contrato” até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na nota 19.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

De acordo com CPC 47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais devem seguir os requisitos do CPC 48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 25.2.3.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2021	Adições (Notas 19 e 20)	Remuneração (Nota 19)	Recebimentos de RAP	Margem na construção (Nota 19)	Outros	Valor líquido em 31/12/2022
Ativos da concessão	2.231.764	26.807	246.068	(165.364)	2.045	58.435	2.399.755
Total Não circulante	2.231.764	26.807	246.068	(165.364)	2.045	58.435	2.399.755

O montante de outros, refere-se principalmente ao efeito do ganho gerado pelo reajuste anual da receita das transmissoras, homologado pela REH 3067/2022, para o qual foi aprovado para o ciclo 2022/23 o efeito inflacionário de 11,73%.

## 13 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

Nota	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Outros créditos - Ativo</b>				
Adiantamentos	30	45		
Ressarcimento de custos – CDE/ RGR	1.129	218		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10			16
Despesas pagas antecipadamente	545	234		76
Outros	36	36	2.132	
Total	1.740	533	2.132	92
<b>Outras contas a pagar - Passivo</b>				
Folha de pagamento	63	140		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10		429	180
Arrendamentos e aluguéis	118	79	609	409
Encargos setoriais	715	66	331	80
Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.1	871	1.739	
Parcela variável	13.2	2.889	469	467
Total	4.656	2.493	3.730	1.136

### 13.1 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

### 13.2 Reajuste tarifário

A variação dá-se principalmente pela constituição da provisão da Parcela de Ajuste correspondente ao ciclo 2022/2023 que tem por finalidade compensar o excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste tarifário (Nota 2.1).

## 14 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$2.238 (R\$28.198 em 31 de dezembro de 2021) na rubrica de fornecedores, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da Linha de Transmissão. A redução no saldo do exercício é devido a entrada em operação comercial da linha de transmissão.

15 **Dividendos**

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Em 22 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2022 no montante bruto de R\$29.689, sendo R\$25.236 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

Os dividendos mínimos obrigatórios, com base no lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, serão distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	Saldo em 31/12/2021	JSCP	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
<b>Passivo</b>				
EDP - Energias do Brasil	19.188	22.712	(19.188)	22.712
Celesc Geração	2.132	2.524		4.656
	<u>21.320</u>	<u>25.236</u>	<u>(19.188)</u>	<u>27.368</u>

O montante de R\$2.132 em aberto desde 31 de dezembro de 2021 para a Celesc Geração foi quitado em janeiro de 2023.

**Notas explicativas**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



**16 Debêntures**  
**16.1 Composição do saldo de Debêntures**

Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2022				31/12/2021		
											Encargos		Principal		Encargos		Principal
											Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	1.200.000	1	1.200.000	1ª emissão em 15/10/2018	15/10/2018 a 15/10/2028	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 21 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 6,7200% a.a.	Principal semestral a partir de abril/2023 e juros semestral	a. Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil e da Celesc proporcionais às suas participações acionárias; b. Depósitos caucionados.	23.063	92.163	1.425.340	1.540.566	22.720	1.434.857	1.457.577
(-) Custos de emissão				(56.660)		15/10/2018 a 15/10/2028			Amortização mensal			(6.863)	(20.962)	(27.825)		(34.764)	(34.764)
Total											23.063	85.300	1.404.378	1.512.741	22.720	1.400.093	1.422.813

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa. O valor total referente as garantias das debêntures mencionados acima na Companhia é de R\$1.540.566 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.457.577 em 31 de dezembro de 2021).

## 16.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2022
<b>Circulante</b>							
Principal				47.033		45.130	92.163
Juros	22.720	(98.875)	99.218				23.063
Custo de transação				(13.802)	6.939		(6.863)
	22.720	(98.875)	99.218	33.231	6.939	45.130	108.363
<b>Não circulante</b>							
Principal	1.434.857			(47.033)		37.516	1.425.340
Custo de transação	(34.764)			13.802			(20.962)
	1.400.093	-	-	(33.231)	-	37.516	1.404.378

## 16.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
<b>Circulante</b>	
2023	108.363
	108.363
<b>Não Circulante</b>	
2024	48.000
2025	528.000
2026	48.000
2027	54.720
2028	725.658
	1.404.378
Total	1.512.741

A emissão realizada pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão do contrato estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

- (i) Liquidação, dissolução, decretação de falência ou pedido de falência da interveniente garantidora, exceto se elidido por meio do depósito judicial e/ou contestado no prazo legal;
- (ii) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, e autofalência da Companhia ou da interveniente garantidora;
- (iii) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da emissora ou da interveniente garantidora cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$75.000, caso não sanado em 10 dias, ou caso protesto seja efetuado por erro ou má-fé, ou tenha sido cancelado, ou teve sua exigibilidade suspensa por medida judicial;
- (iv) Se a EDP - Energias do Brasil deixar de ser titular, direta ou indiretamente, de: (a) no mínimo, 50% mais uma ação do capital votante da emissora; ou (b) participação societária que lhe assegure o direito de eleger a maioria dos membros do conselho de administração ou diretoria, exceto de previamente autorizado pelos Debenturistas; e
- (v) Manutenção pela EDP - Energias do Brasil do indicador Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,50 vezes, apurado semestralmente nos meses de junho e dezembro.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

## 17 Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisões cíveis	17.1			27.359	25.509
Licenças ambientais	17.2	12.875	13.018	247	504
Total		12.875	13.018	27.606	26.013

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

### 17.1 Provisões cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

#### 17.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

Nota	Passivo				Ativo	
	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2022	Depósito judicial 31/12/2022
Cíveis 17.1.1.1	25.501	1.231	(4.369)	4.988	27.351	17.354
Outros	8				8	
Total Não circulante	25.509	1.231	(4.369)	4.988	27.359	17.354

#### 17.1.1.1 Cíveis

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão

### 17.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de natureza cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão.

	Ativo			
	Depósito judicial			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas				
Cíveis	808	669	561	521
Total	808	669	561	521

### 17.1.3 Risco de perda remota

Existem também processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 é de R\$1.182 (R\$564 em 31 de dezembro de 2021).

### 17.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,50% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2022
Licenças ambientais							
Circulante	13.018	33	(1.852)	788	338	550	12.875
Não circulante	504			28	(338)	53	247
Total	13.522	33	(1.852)	816	-	603	13.122

## 18 Patrimônio líquido

### 18.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$340.501 (R\$164.501 em 31 de dezembro de 2021) totalmente subscrito integralizado, representado por 340.501.000 (164.501.000 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, realizada em 29 de abril de 2022, deliberou aumento de capital social no montante de R\$176.000, mediante a emissão de 176.000.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralizados totalmente pelos acionistas EDP - Energias do Brasil e Celesc Geração, na proporção de sua participação acionária.

A composição do Capital social está demonstrada a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Qtde. de ações	Percentual de participação	Qtde. de ações	Percentual de participação
EDP - Energias do Brasil	306.450.900	90,00%	148.050.900	90,00%
Celesc Geração S.A.	34.050.100	10,00%	16.450.100	10,00%
Total	340.501.000	100,00%	164.501.000	100,00%

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

### 18.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Lucro a ser destinado</b>			
Lucro líquido apurado no exercício		87.313	89.769
Constituição da reserva legal - 5%	18.3	(4.365)	(4.488)
		82.948	85.281
<b>Destinação do lucro</b>			
Dividendos intermediários - JSCP	15	29.689	12.404
Dividendos complementares	15		10.777
Lucro do exercício a deliberar	18.3.1	53.259	62.100
		82.948	85.281

### 18.3 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Reservas de lucros			
Legal	18.2	14.458	10.093
Retenção de lucros	18.2	149.255	57.971
Lucro do exercício a deliberar	18.2 e 18.3.1	72.582	62.100
Dividendos a deliberar	18.2	48.507	
		<u>236.295</u>	<u>178.671</u>

#### 18.3.1 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

### 19 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

#### • Receita de construção da Infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2022 é de 1,21% (1,21% em 31 de dezembro de 2021) sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referida margem é estimada pela Companhia levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela Companhia e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pela Companhia, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

#### • Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2022 é de 120% (120% em 31 de dezembro de 2021).

Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

#### • Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão.

O ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão da Companhia representa 11,09% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a Modificação Tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Nota	2022	2021
Receita de construção da Infraestrutura da Concessão	12 e 19.1	31.792	468.433
Remuneração dos Ativos da concessão	12	246.068	197.751
Receita de Operação e Manutenção (O&M)		49.433	6.406
Parcela Variável – IPCA	5.2	55.494	
Outras receitas operacionais		75	
<b>Receita operacional bruta</b>		<u>382.862</u>	<u>672.590</u>
PIS/COFINS		(36.155)	(62.254)
ISS		(9)	
		<u>(36.164)</u>	<u>(62.254)</u>
Encargos do consumidor			
P&D		(1.935)	(285)
Outros encargos		(632)	
		<u>(2.567)</u>	<u>(285)</u>
		<u>(38.731)</u>	<u>(62.539)</u>
<b>Receita</b>		<u>344.131</u>	<u>610.051</u>

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



**19.1 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão**

Representa a evolução, em 2022, de 120% do investimento previsto no projeto (6,9% em 2021), acrescido de margem de construção e PIS/COFINS, alcançando 100% (98,2% em 2021) de investimento total previsto para a conclusão da obra.

**20 Custo de construção da infraestrutura da concessão e custo da operação**  
**20.1 Custos de construção da infraestrutura da concessão**

	Nota	2022	2021
Terrenos		1.564	1.402
Edificações, obras civis e benfeitorias		6.978	192.575
Máquinas e equipamentos		9.115	28.004
Móveis e utensílios		573	85
Gastos ambientais		33	(3.198)
Juros capitalizados			161.528
Outros		8.544	15.984
	12	<u>26.807</u>	<u>396.380</u>

**20.2 Custos de operação**

	Nota	2022	2021
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	21.1	2.941	889
Material		81	
Serviços de terceiros	21.2	2.588	587
Amortização		45	
Arrendamentos e aluguéis		205	
Outras		504	318
Total		<u>6.364</u>	<u>1.794</u>

**21 Despesas e Receitas operacionais**

As Despesas e receitas operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	Despesas operacionais			
		2022		2021	
		Gerais e administrativas	Outras	Gerais e administrativas	Outras
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	21.1	3.518		3.334	
Material		101		255	
Serviços de terceiros	21.2	1.772		2.559	
Depreciação - Ativos de direito de uso		74		130	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			99		
Arrendamentos e aluguéis		149		158	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(3)
Outras		684		129	
Total		<u>6.298</u>	<u>99</u>	<u>6.565</u>	<u>(3)</u>

**21.1 Pessoal e Administradores**

	2022	2021
Pessoal		
Remuneração	2.069	1.805
Encargos	840	735
Previdência privada - Corrente	73	67
Programa de demissão voluntária	37	
Despesas rescisórias	1.231	96
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	370	165
Outros benefícios - Corrente	885	543
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	5	
Outros	40	22
	<u>5.550</u>	<u>3.433</u>
Administradores		
Honorários e encargos	884	785
Benefícios dos administradores	25	5
	<u>909</u>	<u>790</u>
	<u>6.459</u>	<u>4.223</u>

**21.2 Serviços de terceiros**

	2022	2021
Serviços de consultoria	776	460
Serviços de manutenção	1.105	62
Serviços ambientais	64	
Serviços de informática	204	688
Serviços de publicação e publicidade	152	143
Serviços de transporte	178	281
Serviços Compartilhados	1.145	845
Outros	736	667
	<u>4.360</u>	<u>3.146</u>

## 22 Resultado financeiro

	Nota	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>			
Renda de aplicações financeiras e cauções	6	6.584	4.108
Depósitos judiciais	11	1.405	438
Juros e multa sobre tributos	8	869	999
Ajustes a valor presente			98
(-) Juros capitalizados	12		(2.812)
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(409)	(241)
Outras receitas financeiras		23	
		<u>8.472</u>	<u>2.590</u>
<b>Despesas financeiras</b>			
<b>Encargos de dívida</b>			
Debêntures		(188.803)	(237.144)
(-) Juros capitalizados	12		164.074
<b>Juros e variações monetárias</b>			
Juros e multa sobre tributos	8		(2)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.1.1	(4.988)	(4.535)
Arrendamentos e aluguéis		(72)	(45)
Outros juros e variações monetárias		(1.419)	(497)
(-) Juros capitalizados	12		267
Outras despesas financeiras		(606)	(352)
		<u>(195.888)</u>	<u>(78.234)</u>
		<u>(187.416)</u>	<u>(75.644)</u>

## 23 Impostos de renda e Contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável. As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	117.147	129.671
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(39.830)	(44.088)
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva</b>		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes	(59)	(31)
Doações	(39)	
Juros sobre o capital próprio	10.094	4.217
Despesa de IRPJ e CSLL	(29.834)	(39.902)
Alíquota efetiva	25,47%	30,77%

## 24 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

	2022	2021
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	87.313	89.769
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	164.501	126.501
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	<u>0,53077</u>	<u>0,70963</u>

## 25 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

### 25.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

## 25.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
<b>No reconhecimento inicial ou subsequentemente</b>						
Aplicações financeiras	6	Nível 2	65.942	34.542	65.942	34.542
			<u>65.942</u>	<u>34.542</u>	<u>65.942</u>	<u>34.542</u>
<b>Custo amortizado</b>						
Bancos conta movimento	6	Nível 2	540	3.411	540	3.411
Concessionárias	7	Nível 2	26.831	6.305	26.831	6.305
Cauções	11	Nível 2	6.303	5.798	6.303	5.798
Outros créditos - Partes relacionadas	10	Nível 2		16		16
			<u>33.674</u>	<u>15.530</u>	<u>33.674</u>	<u>15.530</u>
			<u><b>99.616</b></u>	<u><b>50.072</b></u>	<u><b>99.616</b></u>	<u><b>50.072</b></u>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
<b>No reconhecimento inicial ou subsequentemente</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Fornecedores	14	Nível 2	2.238	28.198	2.238	28.198
Debêntures	16	Nível 2	1.452.069	1.426.081	1.512.741	1.422.813
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	10	Nível 2	429	180	429	180
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	748	488	727	488
Licenças ambientais	17.2	Nível 2	13.491	13.633	13.122	13.522
			<u>1.468.975</u>	<u>1.468.580</u>	<u>1.529.257</u>	<u>1.465.201</u>
			<u><b>1.468.975</b></u>	<u><b>1.468.580</b></u>	<u><b>1.529.257</b></u>	<u><b>1.465.201</b></u>

### 25.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

#### • Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

#### • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

#### • Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

### 25.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

### 25.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das debêntures, arrendamentos e aluguéis e licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures: são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

#### 25.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

#### 25.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota Norma de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, Taxonomia e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e Procedimento de Riscos Corporativos. Estes documentos foram atualizados no exercício de 2021, aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e possuem revisão e atualização periódica pré-definida pela equipe de Estrutura e Eficiência. Importante destacar que o Processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão de Riscos, contempla a Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, a qual é composta por duas Gerências Executivas (Excelência de Segurança do Trabalho e a de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio) e uma Gerência Operacional (Saúde Ocupacional). A área de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade de Negócio tem como missão o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios do referido Grupo.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela área Corporativa de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A área corporativa de Gestão de Riscos realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de GRC (Governança, Riscos e Compliance), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este Gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia das Categorias de Riscos, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz de Riscos Corporativos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro componentes: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

#### 25.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures captadas pela Companhia apresentado na nota 16, possui como contraparte o agente fiduciário Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui risco de mercado associado ao IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um impacto maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

#### 25.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	59.897	5.604			5.604	1.378	2.747	(1.387)	(2.783)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	6.045	4			4	1	2	(1)	(2)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	6.303	786	346		1.132	290	583	(287)	(572)
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>	<b>CDI</b>	<b>72.245</b>	<b>6.394</b>	<b>346</b>	<b>-</b>	<b>6.740</b>	<b>1.669</b>	<b>3.332</b>	<b>(1.675)</b>	<b>(3.357)</b>
		<b>72.245</b>	<b>6.394</b>	<b>346</b>	<b>-</b>	<b>6.740</b>	<b>1.669</b>	<b>3.332</b>	<b>(1.675)</b>	<b>(3.357)</b>
<b>Operação</b>	<b>Risco</b>									
Debêntures	IPCA	(1.540.566)	(157.101)	(357.082)	(43.691)	(557.874)	(63.569)	(129.834)	60.989	119.512
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>IPCA</b>	<b>(1.540.566)</b>	<b>(157.101)</b>	<b>(357.082)</b>	<b>(43.691)</b>	<b>(557.874)</b>	<b>(63.569)</b>	<b>(129.834)</b>	<b>60.989</b>	<b>119.512</b>
		<b>(1.468.321)</b>	<b>(150.707)</b>	<b>(356.736)</b>	<b>(43.691)</b>	<b>(551.134)</b>	<b>(61.900)</b>	<b>(126.502)</b>	<b>59.314</b>	<b>116.155</b>

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,6% e 13,8% a.a.; e IPCA entre 3,8% e 8,6% a.a.

## 25.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 12) cujo o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2022					31/12/2021
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	2.238					2.238
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				429		429
Debêntures			108.363	1.404.378		1.512.741
Arrendamentos e aluguéis	11	33	74	349	260	727
Licenças ambientais	1.050	9.646	2.179	247		13.122
	<b>3.299</b>	<b>9.679</b>	<b>110.616</b>	<b>1.405.403</b>	<b>260</b>	<b>1.529.257</b>
						<b>1.465.201</b>

### 25.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 16. Até 31 de dezembro de 2022, todos os *covenants* contratuais foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 27.2) para as Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

### 25.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

#### • Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2022 todas as aplicações financeiras da Empresa encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

### 25.2.4 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL, Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

### 25.2.5 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

### 25.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Visando mitigar este risco a Companhia adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de *performance*, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Companhia procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de *Compliance*.

### 25.2.7 Risco técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a Companhia contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 28).

### 25.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinar as dívidas existentes.

	31/12/2022	31/12/2021
Total das debêntures	1.512.741	1.422.813
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(66.482)	(37.953)
(-) Cauções	(6.303)	(5.798)
Dívida Líquida	1.439.956	1.379.062
Total do Patrimônio Líquido	576.796	343.172
Total do capital	2.016.752	1.722.234
Índice de alavancagem financeira - %	71,40%	80,07%

## 26 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

### 26.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	2022					Saldo em 31/12/2022
		Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2021	
				Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente		
<b>(Aumento) diminuição de ativos de financiamento</b>							
Cauções e depósitos vinculados	11	5.798	(190)	695	-	-	6.303
		5.798	(190)	695	-	-	6.303
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>							
Dividendos	15	21.320	(19.188)	-	-	25.236	27.368
Debêntures	16	1.422.813	(98.875)	82.646	-	106.157	1.512.741
Arrendamentos e aluguéis		488	(117)	-	73	283	727
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	10.1	150.000	-	-	-	(300.000)	(150.000)
Capital social	18.1	164.501	26.000	-	-	300.000	490.501
		1.759.122	(92.180)	82.646	73	131.676	1.881.337
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b>		<b>1.753.324</b>	<b>(91.990)</b>	<b>81.951</b>	<b>73</b>	<b>131.676</b>	<b>1.875.034</b>
2021							
	Nota	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2021	
				Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente		Adições/ baixas
<b>(Aumento) diminuição de ativos de financiamento</b>							
Cauções e depósitos vinculados		5.953	(385)	230	-	-	5.798
		5.953	(385)	230	-	-	5.798
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>							
Dividendos		-	-	-	-	21.320	21.320
Debêntures		1.275.887	(90.218)	138.107	-	99.037	1.422.813
Arrendamentos e aluguéis		79	(78)	-	45	442	488
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		-	150.000	-	-	-	150.000
Capital social		126.501	38.000	-	-	-	164.501
		1.402.467	97.704	138.107	45	120.799	1.759.122
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b>		<b>1.396.514</b>	<b>98.089</b>	<b>137.877</b>	<b>45</b>	<b>120.799</b>	<b>1.753.324</b>

**26.2 Transações não envolvendo caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2022	2021
Constituição de dividendos e JSCP a pagar		21.320
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures ao ativo da concessão		164.074
Capitalização nos Ativos da concessão relativo à contingências	1.132	377
Provisão para custos com licença ambiental nos ativos da concessão	1.452	8
Aumento de capital com integralização de AFAC		
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	284	442
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão		1.428
Total	2.868	187.649

**27 Compromissos contratuais e Garantias****27.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2022				31/12/2021	
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	23	37			60	
Obrigações de compra						
Encargos de conexão e transporte de energia	259	91			350	108
Materiais e serviços	8.440	8.304	1.276	2.404	20.424	13.092
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	157.101	210.863	97.298	30.890	496.152	596.106
	165.823	219.295	98.574	33.294	516.986	609.306

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2022				31/12/2021	
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	23	40			63	
Obrigações de compra						
Encargos de conexão e transporte de energia	250	98			348	108
Materiais e serviços	8.148	8.841	1.577	3.963	22.529	15.837
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	154.299	267.402	147.842	54.016	623.559	1.211.761
	162.720	276.381	149.419	57.979	646.499	1.227.706

**27.2 Garantias****27.2.1 Seguro garantia**

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não apresenta a garantia do tipo Outros na modalidade Seguro garantia, devido a entrada em operação (R\$79.543 em 31 de dezembro de 2021).

Os valores em garantia referente as Debêntures (Nota 16), estão demonstrados em sua respectiva nota.

**28 Cobertura de seguros**

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	373.767	100.000		
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Seguro de Vida	2.361	(*)	6.504	(*)
Risco de engenharia			1.017.654	1.017.654

(\*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

O seguro de Responsabilidade Civil - Engenharia possui como segurado a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.584;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$260.477; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.

## 29 Eventos subsequentes

### 29.1 Definição STF sobre os limites da coisa julgada

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso.

A Companhia não possui discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Companhia segue avaliando eventuais demais consequências desse julgamento.

\* \* \*

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**João Manuel Veríssimo Marques da Cruz**  
Presidente

**Luiz Otavio Assis Henriques**  
Vice-Presidente

**Cleicio Poletto Martins**  
Conselheiro

**Daniel Shem Cheng Chen**  
Conselheiro

**Vandirlene Vanessa da Rosa**  
Conselheira

#### DIRETORIA ESTATUTÁRIA

**Luiz Otavio Assis Henriques**  
Diretor-Presidente

**André Caetano Rocha de Andrade**  
Diretor Técnico

**José Gleylson Fernandes Silva**  
Diretor Financeiro

**Enio Andrade Branco**  
Diretor Administrativo

#### CONTABILIDADE

**Leandro Carron Rigamonte**  
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos  
(Corporativo)

**Renan Silva Sobral**  
Gestor de Contabilidade e Custos  
Contador - CRC 1SP271964/O-6